



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO GOVERNADOR

- ANEXO IV -

14.2. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU – UO 21.203

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, com denominação estabelecida pela Lei nº 706, de 13 de maio de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, nos termos da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, publicada no DODF de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências.

O artigo 2º da supracitada Lei, estabelece que o SLU tem como missão promover o gerenciamento dos serviços de limpeza pública, contribuindo para a qualidade de vida da população com sustentabilidade ambiental.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

I – coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;

II – varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;

III – coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;

IV – operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;

V – demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Compete ao SLU:

I – promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

II – exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionadas aos resíduos sólidos no Distrito Federal;

III – organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;

IV – implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

V – supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;

VI – supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;

VII – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;

VIII – praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;

IX – estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;

X – promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;

XI – elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

XII – adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;

XIII – desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		47	421	53	96	617
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		31	-	-	-	31
Requisitados	Órgãos do GDF	05	-	-	-	05
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	-	01
Outros	Junta de Controle	05	-	-	-	05
	Estagiários	-	25	-	-	25
	Terceirizados (ICEP)	-	53	-	-	53
Subtotal (Força de Trabalho)		89	499	53	96	737
(+) Cedidos para outros órgãos		-	18	-	-	18
Total Geral		89	517	53	96	755

Obs.: Posição em 31/12/2014.

O quadro abaixo mostra a série histórica do quantitativo de servidores e da força de trabalho do SLU. Com relação aos dados de dezembro de 2013 e dezembro de 2014, o SLU apresentou redução do seu quadro de funcionários de 51,29%.

Série histórica da força de trabalho

Ano	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
2008	78	1.242	88	1.100	2.508
2009	88	1.193	87	1.062	2.430
2010	134	861	114	1.151	2.260
2011	86	825	66	1.170	2.147
2012	93	779	83	1.084	2.039
2013	78	445	93	897	1.513
2014	89	517	53	96	755

Recentemente a Lei 5.276, de 24 de dezembro de 2013, publicada no DODF de 27/12/2013, página 5, extinguiu a carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos a partir de 1º de janeiro de 2014, passando os servidores do SLU/DF a integrar, a partir de 01/01/2014, a carreira “Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF”. Desta forma, houve maior flexibilidade na transferência de servidores de apoio e administrativos do SLU para outros órgãos. Nesse processo de reestrutura a Autarquia distribuiu servidores para outros Órgãos do Governo do Distrito Federal, possibilitando a diminuição da carência de pessoal nestes órgãos. Consequentemente reduziu a folha de pagamento além de diminuir horas-extras, adicionais noturnos e auxílio-transporte. Para recompor os quadros do SLU com servidores qualificados, principalmente nas áreas de tecnologia e engenharia, foi solicitada a contratação por meio de concurso público.

Os serviços de coleta seletiva de resíduos recicláveis passaram a ser realizados, em sua integralidade, por funcionários e veículos terceirizados, a partir de 17 de fevereiro de 2014, por meio dos contratos nºs 15, 16, 17 e 18/2013, em 4 lotes de serviços, inclusive nas áreas rurais.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS**

OBJETIVO GERAL: Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	9.400	800.000	0	0
1733 - RECUPERAÇÃO DAS USINAS DE TRATAMENTO	9.400	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	190.451.518	242.070.187	241.933.687	240.801.318
6117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	190.451.518	242.070.187	241.933.687	240.801.318
3001 - ENCERRAMENTO E RECUPERAÇÃO DO ATERRO DO JÓQUEI	4.700	0	0	0
3002 - IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS	838.182	0	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	4.909.091	2.259.134	2.166.497	1.784.949
0002 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	4.909.091	2.259.134	2.166.497	1.784.949
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATT'S	818.182	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	24.545.455	8.257.748	2.897.530	2.897.530
0002 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO--SAMAMBAIA	24.545.455	8.257.748	2.897.530	2.897.530
3111 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DA USINA DE INCINERAÇÃO DE LIXO ESPECIAL - OLÉ	9.400	0	0	0
4110 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	8.942.867	7.737.303	7.737.302	7.737.302
0001 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	8.942.867	7.737.303	7.737.302	7.737.302
TOTAL DO PROGRAMA 6212	230.538.195	261.124.372	254.735.017	253.221.099

Objetivo Específico: 001 – Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Indicadores

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
783	Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	10	10	SLU
						Alcançado	18,53	22,84	8,53	-	
784	Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares	%	4	28/02/2011	Anual	Desejado	96	6	8	10	SLU
						Alcançado	0,78	2,92	3,33	-	
786	Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	7	12	SLU
						Alcançado	1,60	1,6	5,75	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
783	Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	10	10	SLU
						Alcançado	18,53	7,86	8,53	-	
786	Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	7	12	SLU
						Alcançado	1,60	0,90	5,75	-	

Os indicadores de desempenho propostos, conforme fórmulas abaixo, estabelecem metas para o ano 2014, considerando a construção de Centros de Triagem e a implantação de Ecopontos, como também no aumento das quantidades de resíduos tratados, em relação aos resíduos coletados, situação que ficou prejudicada

pelo andamento dos processos de contratação, pela indefinição de áreas aptas à instalação destes equipamentos públicos, neste último caso, sob coordenação da Casa Civil junto às Administrações Regionais, e participação da TERRACAP e SEMARH, via IBRAM. Não houve execução orçamentária/financeira no Programa “Implantação de Ecopontos”.

A construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis - CTMR teve início em meados do mês de maio de 2014. O CTMR localizado na área da Usina de Tratamento de Lixo da Ceilândia está com toda a fundação e baldrame concluídos, e em fase de colocação dos pilares, vigas e lajes do galpão pré-moldado, como também da construção dos acessos externos. O CTMR localizado na área da Usina da Asa Sul está concluindo a fundação para recebimento do galpão pré-moldado, e iniciando a construção da rede de águas pluviais. O CTMR localizado na área do Núcleo Regional de Limpeza Norte está com a fundação e a rede de águas pluviais em execução e, o CTMR localizado na área do Núcleo Regional de Limpeza do Gama ainda não começou as obras. Houve atrasos no início da construção destes CTMR's devido às adequações necessárias nos projetos executivos. Os registros fotográficos abaixo mostram a situação dos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis.

Centro de Triagem de Materiais Recicláveis da Usina do P- Sul



O indicador 783 - “Índice de tratamento de resíduos domiciliares”, foi questionado pela Secretaria de Transparência e Controle – STC, quando não considerou os rejeitos do tratamento como parte integrante do tratamento, apenas o que foi realmente tratado ou aproveitado, ou seja, com produção de materiais recicláveis ou composto orgânico. Desta forma foi necessário alterar os índices anteriormente calculados/projetados. Conforme fórmula abaixo, o indicador atingiu o seguinte valor até 31 de dezembro de 2014:

$$I\ 783 = \frac{\text{Resíduos tratados em unidades operacionais do SLU (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{72.103}{844.186} = 8,53\%$$

Portanto, abaixo das previsões oferecidas, de 10% no 3º ano (2014) do PPA 2012-2015. Não houve interrupções expressivas no funcionamento das linhas de produção das usinas, apesar da Usina da Asa Sul necessitar de reparos corretivos, em virtude do sucateamento de 2 linhas de produção, das 4 linhas existentes. Não houve o início de tratamento de resíduos domiciliares nos Centros de Triagem de materiais recicláveis previstos para entrar em operação no ano 2014.

O indicador 784 – “Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I\ 784 = \frac{\text{Resíduos domiciliares coletados} - \text{Resíduos domiciliares aterrados (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{28.097}{844.186} = 3,33\%$$

Entre os resíduos aterrados constam nos relatórios operacionais resíduos não domiciliares, no caso gorduras (845,82 toneladas), animais mortos coletados em vias públicas (248,06 toneladas), lodos de esgoto provenientes das unidades de tratamento da Caesb (1.194,14 toneladas), e outros resíduos não coletados pelo SLU considerados “lixo extra” (23.815,08 toneladas), resíduos estes que foram excluídos do quantitativo de resíduos domiciliares aterrados pelo SLU.

Portanto, o resultado ficou abaixo das previsões oferecidas, de 8%, no 3º ano (2014). O aumento da quantidade de convênios com as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis com o SLU também permite melhor desempenho deste indicador, desde que locais apropriados ao desenvolvimento das atividades de triagem de materiais sejam criados / construídos. O SLU conta com a utilização de outras bases operacionais (Núcleos Regionais de Limpeza) para a construção de Centros de Triagem, caso outras áreas não sejam disponibilizadas pela TERRACAP ou Casa Civil. No momento, estão sendo construídos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis nos seguintes locais: Usina de Tratamento de Ceilândia – UCTL, Usina de Tratamento da Asa Sul – UTL, Núcleo Regional de Limpeza do Gama – NUGAM e Núcleo Regional de Limpeza Norte – NUNOR, obras em construção, exceto o Centro de Triagem do Gama, que paralisou o início das obras.

O indicador I 786 – “Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I\ 786 = \frac{\text{Resíduos coletados (coleta seletiva) (em t)}}{\text{Resíduos coletados (coleta normal) (em t)}} = \frac{48.586}{844.186} = 5,75\%$$

A expansão da coleta seletiva em todo o DF, oriunda do processo de licitação concluído em 2014, teve início em 17 de fevereiro de 2014. Os resíduos coletados são 100% encaminhados para as cooperativas do DF, havendo melhoria significativa na qualidade dos resíduos recebidos pelas cooperativas, face campanha publicitária em rede de TV, rádios, em locais de grande circulação e a entrega de um milhão de panfletos porta a porta. No site do SLU é informado o dia e a hora da coleta seletiva a todos os bairros do DF. O índice de 7% almejado no ano 2014 não foi alcançado pelas empresas contratadas, devendo as campanhas educativas manter o incentivo a estas iniciativas e atitudes.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	94.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	129.998	154.998	144.330	133.759
0006 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	129.998	154.998	144.330	133.759
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	106.001.671	105.172.955	86.240.439	86.240.439
8740 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	106.001.671	105.172.955	86.240.439	86.240.439
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	16.259.620	9.226.445	9.226.444	9.226.444
9566 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	16.259.620	9.226.445	9.226.444	9.226.444
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	780.872	160.334	160.333	160.333
8697 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	75.872	139.080	139.080	139.080
8698 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	705.000	21.254	21.253	21.253
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.715.700	4.258.611	3.955.907	3.955.224
9657 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	2.715.700	4.258.611	3.955.907	3.955.224
TOTAL DO PROGRAMA 6006	125.981.861	118.973.343	99.727.453	99.716.199

O SLU, ao final do mês de dezembro do exercício 2014, remunerou 640 servidores ativos de sua força de trabalho, 65,54% a menos em relação ao final do ano 2013, refletindo, no período, a redução de servidores do quadro permanente. Este percentual foi maior do que o verificado no exercício 2013, que registrou redução de 25,80% de servidores ativos no quadro permanente, devido à transferência de vários servidores para outros órgãos da esfera administrativa do GDF.

Neste exercício 2014, o SLU utilizou o orçamento destinado à manutenção dos serviços administrativos gerais pagando despesas da Sede e dos Núcleos Regionais de Limpeza relativas às contas de água, luz, telefone, aluguel, condomínios, assinaturas de jornais, DODF, material de expediente, limpeza, copa e cozinha, material de construção, locação de máquinas de reprografia, manutenção de aparelhos de ar-condicionado, informática, central telefônica e fax, serviços de dedetização, além do pagamento de jetons de membros da junta de controle, pagamento de estagiários e servidores do Instituto, Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil – ICEP. Como materiais permanentes foram adquiridos: 30 (trinta) bebedouros refrigerados de pressão, 01 nobreak de 700 VA e 02 hard disk.

A concessão de benefícios aos servidores do SLU acompanha a redução gradual do quantitativo de servidores do quadro permanente. Em dezembro do ano 2014, foram concedidos 759 benefícios (auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio natalidade e auxílio funeral) em detrimento de 3.632 benefícios concedidos em outubro de 2013, ou seja, 79,10% a menos que no mesmo mês do ano 2013.

A publicidade e propaganda institucional do SLU foi destinada para divulgar os atos administrativos gerados no SLU e publicados regularmente no DODF. Nos casos dos processos licitatórios, no ano 2014, a publicação no DODF indicou o site do SLU para o detalhamento de informações e dos projetos básicos. Houve redução de 11,37% com gastos nesta rubrica, em relação ao ano 2013. As demandas de publicidade de utilidade pública do SLU foram realizadas pela própria autarquia, com gastos pouco significativos até dezembro, que envolveram publicação de matérias em jornais de grande circulação, entre as quais avisos de licitação, avisos de pregão presencial e eletrônico, entre outras matérias.

Estão sendo feitos investimentos para a área de modernização no ambiente tecnológico do SLU/DF. Com a implementação de novos softwares, a gestão da prestação dos serviços será de forma automatizada, desde o monitoramento da execução dos serviços até o seu efetivo pagamento, bem como no caso de eventuais penalidades na falta da execução ou parte dos serviços.

Para a execução destas ações, foi elaborado e publicado no DODF nº 60, de 25 de março de 2014 o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do SLU/DF, que determina as ações nesta área para o biênio 2014/2015.

Considerando a situação atual do parque tecnológico do SLU, com deficiências na gestão e controle de serviços de forma automatizada, observa-se a seguinte situação no modelo de gestão do SLU/DF:

- ambiente de TI com estruturação básica, sem documentação ou padronização;
- escassa automação dos processos;
- sistemas com baixa integração, funcionando de forma isolada e não necessariamente alinhada aos objetivos da organização;
- alinhamento dos sistemas de recursos humanos a colaborações, aprendizado e mudança;
- relatórios gerenciais escassos ou inexistentes, com ausência definida de padrões ou formato para os mesmos;
- inexistência de histórico das informações e forma padronizada e automatizada.

Como área estratégica para o SLU/DF, evidencia-se que a execução do planejamento definido neste PDTI auxiliará no alcance dos objetivos institucionais definidos no plano estratégico, quais sejam:

- buscar novas tecnologias na gestão dos resíduos sólidos, considerando sua viabilidade econômica;
- atingir excelência na gestão dos contratos de terceiros;
- buscar excelência no monitoramento dos serviços com práticas de melhoria contínua;
- desenvolver políticas internas de recursos humanos para motivar e valorizar os profissionais do SLU/DF;
- fortalecer as práticas de comunicação interna e externa com foco nas diretrizes estratégicas do SLU/DF;
- atualizar o parque computacional do SLU, infraestrutura e sistemas;
- buscar soluções de software livre ou público, com objetivo de redução de custos;
- manter histórico em backup's das informações;
- padronizar as informações em banco de dados corporativo, com maior confiabilidade nas informações.

No orçamento do SLU, as operações especiais envolveram gastos com a formação do patrimônio do servidor público - PASEP, execução de sentenças judiciais, com o pagamento de requisições de pequeno valor – RPV, e o pagamento de indenizações, requisição de servidores e licença-prêmio em pecúnia, totalizando o valor liquidado ao final do exercício em R\$ 7.877.526,12.

Devido às medições do mês de dezembro, vários serviços de limpeza pública devem ser pagos por reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, situação que atingiu o valor de R\$ 80.132.831,54.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O SLU desenvolveu ações de educação ambiental, por meio de apresentação de peça teatral com o Grupo “Defensores do Planeta”, com abordagens sobre o acondicionamento, reutilização e reciclagem de resíduos. Desde sua criação, no ano 2006, o grupo realizou apresentações em mais de 254 escolas entre outras entidades, para um público de 122.165 espectadores, sendo que no ano 2014 foram realizadas poucas apresentações, devido este Grupo fazer parte do antigo quadro de orientadores. O grupo de teatro está temporariamente suspenso para reformulação do conteúdo das apresentações, por meio de parcerias e contratação de profissionais da área.

Uma das atividades que não constam nos relatórios operacionais, mas são bastante efetivas, são as participações conjuntas do SLU com outros órgãos da esfera do GDF na remoção de invasores de áreas públicas, na limpeza da orla do Lago Paranoá e a participação em mutirões. A participação envolve a remoção de entulhos decorrentes da derrubada de barracos e a limpeza da área invadida, no 1º caso, como também o recolhimento de detritos diversos às margens do Lago e nas Regiões Administrativas.

Tais atividades ocorrem conforme a necessidade e o pedido de participação na ação conjunta, como na Operação Cidade Limpa, uma força-tarefa de limpeza e manutenção de serviços para desobstruir bocas de lobo, retirar entulhos das ruas e de áreas verdes, pintar meio fios, melhorar a iluminação pública, realizar a poda de árvores entre outras ações concentradas na Região Administrativa.

Na retirada de invasões, participam da operação a Seops, Agefis, Polícia Militar, SLU (Serviço de Limpeza Urbana), CEB (Companhia Energética de Brasília), SPU (Secretaria de Patrimônio da União), TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do DF) e Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do DF).

Os governos de Goiás e do Distrito Federal assinaram contrato para o Consórcio Público de Manejo de Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e de Goiás (Corsap), o primeiro entre estados brasileiros para elaborar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos. O acordo celebrado prevê a elaboração de uma política integrada para o gerenciamento dos resíduos sólidos além de ajudar os municípios menores que não teriam condições de atender às exigências impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê o fim dos lixões nas cidades brasileiras até 2014. O consórcio tem por objetivo promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na região, viabilizando a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados. A lei federal, sob o título de Política Nacional de Resíduos Sólidos, em vigor desde 02/08/2010, determina também que as cidades apresentem planos de gestão para receber recursos do governo federal. A partir da assinatura do Contrato, a prioridade dos entes envolvidos será definir o Plano Regional de Resíduos Sólidos e erradicar os vários lixões e locais de despejo clandestino da região. O consórcio será responsável pela gestão associada dos serviços públicos de resíduos sólidos e de águas pluviais do DF e de outros 20 municípios que integram o Corsap. São eles: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício.

O trabalho executado pelas associações de catadores de materiais recicláveis nas unidades operacionais do SLU acarreta a retirada de resíduos recicláveis que são comercializados pelas associações de catadores, como também melhora a qualidade do composto orgânico utilizado pelos produtores rurais do DF e entorno, escolas e órgãos públicos do DF (Novacap). A produção de composto orgânico oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 54.054 toneladas de janeiro a dezembro de 2014, 10,12% superior ao registrado no ano 2013.

Foi publicado no DODF nº 251, de 01/12/2014, a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política de Resíduos Sólidos do DF, visando ao controle da poluição e da contaminação, bem como a minimização de seus impactos ambientais.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Capital Brasília, face seu desenvolvimento social e econômico observado nos últimos anos, não acompanhou as mudanças no que se referia à coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. O SLU passou por sucateamento e dificuldades no controle dos serviços prestados, constatada por trabalho de consultoria, além de auditorias da Secretaria de Transparência e Controle. Foi então apresentada uma proposta de modelo de gestão para adaptar a Autarquia SLU às mudanças, passando de executor de serviços para gestor de políticas de resíduos sólidos. O GDF, em 27 de dezembro de 2013, acatou a proposta e publicou a Lei nº 5.275, que deu nova estrutura administrativa e organizacional ao SLU, e a Lei nº 5.276, que reestruturou a carreira dos servidores do SLU.

Paralelamente à reestruturação verificada foram definidas macro-ações como: a construção do primeiro Aterro Sanitário do DF, a expansão da coleta seletiva, a construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis, a extinção de irregularidades nos contratos de prestação de serviços. Além disso, o SLU tem implementado ações inovadoras, como o sistema de contêineres semi-enterrados, que diminui o nº de contêineres nas ruas, e o projeto de Modernização Tecnológica, que trará melhor controle e monitoramento dos serviços de limpeza prestados ao cidadão.

No exercício 2014, 2 empresas prestaram serviços de manutenção das atividades de limpeza pública, divididos em 3 lotes de serviços, conforme as Regiões Administrativas e localidades onde foram realizados os serviços. Trata-se de contratos com rotinas fixadas, trechos predeterminados geridos por apontadores das empresas orientados por encarregados e chefes dos Núcleos Regionais de Limpeza do SLU. Com uma fiscalização mais rígida, os planos de coleta e de varrição aprovados pelos setores operacionais do SLU foram praticados com a frequência preestabelecida, buscando-se os ajustes nos custos contratuais quando, eventualmente, ocorreram problemas operacionais. A figura abaixo ilustra aproximadamente a área de abrangência dos lotes de serviços.

LOTES DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2007 - CEL/SLU



Além dos 3 lotes de serviços citados, no ano 2014 o SLU recorreu a outros dois contratos de serviços de limpeza pública, um para a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos infectantes de estabelecimentos públicos de serviços de saúde e outro para a operação do Aterro do Jóquei. Todos os contratos citados acima sofreram reajustamento de preços, por meio da repactuação dos contratos, com aumentos a partir de 1º de maio face à convenção coletiva do sindicato representativo da classe de trabalhadores, relativos ao reajustamento dos salários normativos da categoria em 25%, que veio a onerar em demasia o valor dos serviços com uso intensivo de mão de obra. Posteriormente, a partir de 1º de julho, nova repactuação dos contratos foi calculada, com base no aumento de outros itens dos serviços contratados, como os combustíveis, equipamentos e utensílios, entre outros. Estima-se que 96% da população do Distrito Federal seja atendida com o serviço de coleta.

O contrato objetivando a atividade de transbordo, armazenamento temporário e triagem de resíduos da construção e demolição, em área de transbordo e triagem – ATT localizada às margens da rodovia distrital DF – 489 entre as cidades de Santa Maria e Gama nas proximidades da penitenciária feminina conhecida como Colméia foi suspenso, devido à expiração da Autorização Ambiental nº 28/2013, publicada no DODF nº 79, de 17/04/2013 concedida pelo IBRAM.

A etapa/subtítulo “Manutenção das Atividades de Limpeza Pública” é a que envolve os maiores dispêndios de recursos alocados, devido o pagamento das empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza urbana ao SLU, incluindo a coleta dos resíduos domiciliares e comerciais, coleta de entulhos diversos, coleta dos resíduos dos estabelecimentos públicos de serviços de saúde, varrição manual e mecanizada de vias e logradouros, operação das unidades de tratamento de resíduos, operação do aterro do Jóquei, coleta de animais mortos em vias públicas, operação da unidade de compostagem da Usina do P-Sul de Ceilândia, transferência e transbordo de resíduos, lavagem de vias, lavagem de monumentos públicos, pintura de meios-fios, catação de resíduos dispersos em áreas verdes, e execução de serviços diversos de limpeza pública. Em 2014, 66,74% do valor liquidado no orçamento do SLU foi utilizado para o pagamento dos contratos inseridos neste programa de trabalho.

Devido ao encerramento dos contratos de prestação dos serviços de limpeza pública, previstos para abril e junho do ano 2015, foi publicado no DODF nº 274, de 31/12/2014, o Aviso da Licitação da Concorrência Pública nº 01/2014, que tem como objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos orgânicos e recicláveis nas áreas urbanas e rurais do DF, serviços de varrição de vias e logradouros (manual, mecanizado e de grandes áreas) e serviços complementares (limpeza e lavagem de vias, monumentos e bens públicos, pintura e frisação de meio-fio, catação de materiais recicláveis e remoção de animais mortos) distribuídos em 4 (quatro) lotes distintos.

Foram instaladas balanças rodoviárias nos Núcleos Regionais de Limpeza de Sobradinho e do Gama, como também no Aterro do Jóquei, descongestionando o tráfego de caminhões, e facilitando o controle da pesagem de resíduos transportados. Novas balanças rodoviárias com as respectivas impressoras de aferição de pesagem serão instaladas no novo Aterro Sanitário de Samambaia, em construção, como também no Núcleo Regional de Limpeza de Brazlândia – NUBRA, conforme o Contrato nº 014/2013. As etapas/Subtítulos “Construção de Unidades de Transbordo”, “Recuperação das Usinas de Tratamento”, “Encerramento e recuperação do Aterro do Jóquei”, “Implantação de Ecopontos”, “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATT’s” e “Recuperação ambiental da área da Usina de Incineração e Lixo Especial – Ceilândia” não tiveram execução financeira, embora os trâmites processuais realizados nos programas previstos. Houve contingenciamento, e posterior cancelamento de recursos orçamentários por parte da Secretaria de Planejamento. O estabelecimento de teto orçamentário, insuficiente para atender o valor previsto nos projetos, a indefinição sobre as áreas para instalação de equipamentos públicos, os diversos questionamentos sobre as planilhas orçamentárias nos projetos básicos das licitações pelos Órgãos de controle externo e interno, os recursos interpostos pelas empresas participantes dos certames licitatórios, foram entraves para um melhor desenvolvimento dos projetos propostos pela direção técnica do SLU. Algumas ações estão sendo desenvolvidas paralelamente pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ficando o SLU subordinado às decisões a serem emanadas pela administração direta e pela Casa Civil.

O Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do DF propôs a Resolução nº 2, de 03 de novembro de 2014, publicada no DODF nº 251, de 01/12/2014, que resolve aprovar o apoio financeiro ao Projeto denominado “Regularização urbanística de áreas para a criação de unidades imobiliárias destinadas a recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção e demolição civil – ATTR”. Com a criação destas unidades, a população do DF terá local apropriado a dar destinação final aos resíduos da construção civil, impedindo a poluição de áreas ambientais preservadas.

O encerramento e recuperação do aterro do Jóquei está condicionado à construção do aterro sanitário de Samambaia, também denominado Aterro Oeste. A Concorrência nº 01/2013 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos em quantidade média mensal estimada de 68.000 toneladas e confecção do projeto executivo da Etapa 2, já foi homologada para a empresa vencedora, o contrato nº 015/2014 já foi assinado, e a empresa está desenvolvendo os trabalhos preparativos para início de operação do Aterro Oeste.

Foram firmados convênios entre o SLU e a Novacap, como também entre o SLU e a Caesb, para a construção do aterro sanitário Oeste, sendo com a Novacap com a finalidade de construção do sistema viário interno, drenagem pluvial do acesso perimetral, pavimentação asfáltica e meio-fio da via de acesso de serviço, instalações prediais e execução de sondagem, bem como a elaboração de projetos executivos de edificação; e com a Caesb com a finalidade de elaboração de projeto executivo da estação elevatória, linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume. No ano 2014, houve execução financeira apenas no Convênio SLU/Novacap nº 03/2012, e o desenvolvimento dos projetos relacionados à drenagem pluvial, pavimentação e sinalização.

Os registros fotográficos abaixo mostram a situação do Aterro Sanitário Oeste.

Foto 1: Placa de identificação da obra



Foto 2: Imagem de satélite do local



Foto 3: Construção das vias internas de acesso



Foto 4: Construção da drenagem pluvial



Para a recuperação ambiental da área da usina de incineração da Ceilândia, foi contratada no final do ano 2012 empresa para realizar o plano de recuperação da área degradada – PRAD, que foi entregue (produto final) em janeiro/2013. O PRAD foi submetido à apreciação do IBRAM que deu aval, no final do ano 2013, para a realização dos trabalhos. A empresa que operava a usina de incineração realizou, sem custos ao SLU, o desmonte das estruturas metálicas contaminadas e corroídas, dando também destino final a estas estruturas, porém a área em torno da usina de incineração carece de ações de recuperação ambiental, em conjunto com os atuais ocupantes, ainda não desenvolvidas.

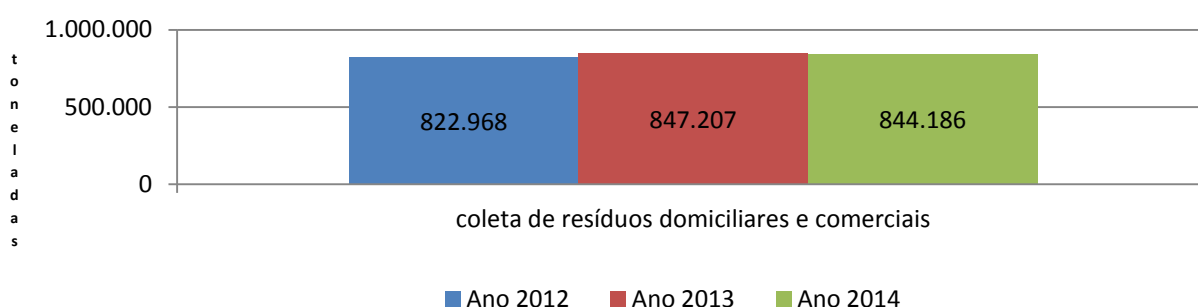
As atividades operacionais executadas pelo SLU, em sua maioria por meio dos contratos de terceirização com empresas de prestação de serviços de limpeza pública, tiveram o seguinte desempenho, conforme quadro abaixo.

Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

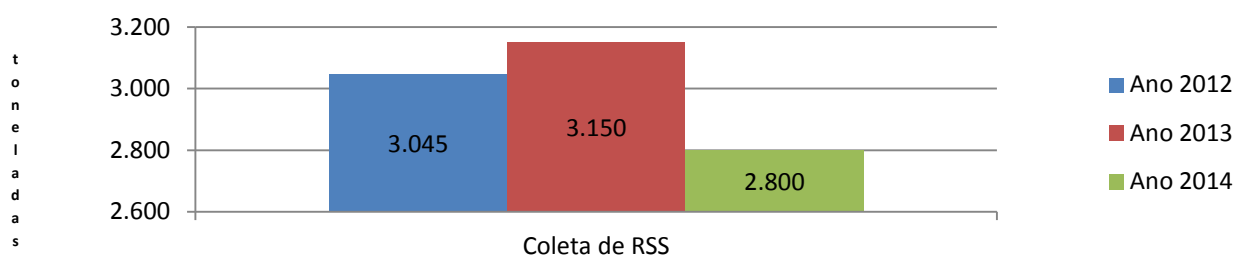
Atividade	Unidade	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Comparação 2014/2013 - %
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	T	822.968	847.207	844.186	- 0,36%
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	T	3.045	3.150	2.800	- 11,11%
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	T	567.458	985.337	741.750	- 24,21%
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km	1.171.716	1.164.043	1.324.175	+ 13,76%
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	Km	47.295	31.230	34.741	+ 11,24%
Pintura de meios-fios	Km	7.340	8.735	8.159	- 6,59%
Lavagem abrigos de passageiros e passagem de pedestres	U	56.661	80.527	119.071	+ 47,86%
Catação de resíduos	Ha	216.520	192.453	190.573	- 0,98%
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	152.456	193.477	220.456	+ 13,94%
Resíduos aterrados	T	816.594	822.438	856.571	+ 4,15%
Coleta de animais mortos	U	3.665	4.530	4.481	- 1,08%
Coleta seletiva	T	13.021	7.377	48.586	+ 558,61%

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou decréscimo de 0,36% em relação ao mesmo período do ano 2013, com média de 70.348,86 ton/mês, ou cerca de 841 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 2.786.644 habitantes (PDAD – julho 2013), devido ao atendimento de novas áreas urbanas e ao aumento populacional, apesar das campanhas educativas quanto à redução e reutilização de materiais recicláveis veiculadas na mídia, seja pelo Governo Federal, seja pelo GDF. O decréscimo não foi significativo, face parte dos resíduos serem direcionados para o programa de coleta seletiva de materiais recicláveis, estendido para todo o DF.

O serviço está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. Atualmente o Lote I compreende 52,25% da quantidade total coletada, o Lote II 29,90%, e o Lote III 17,85% da coleta total.

Gráfico 1: Coleta de resíduos domiciliares e comerciais

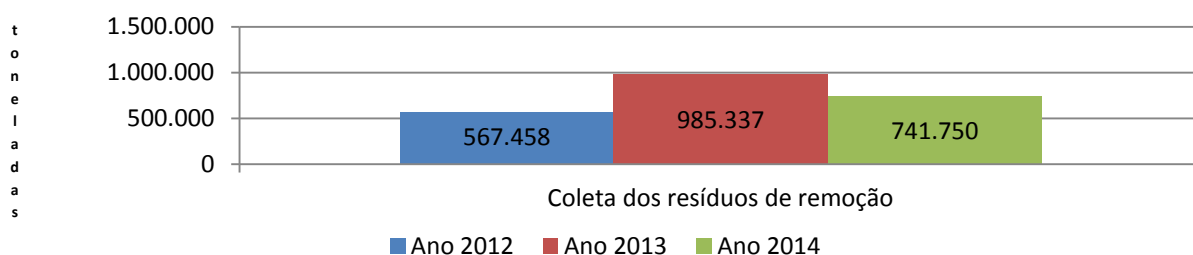
A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 11,11% inferior ao observado no ano 2013, com média de 233,34 t/mês, tendo em vista as orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados. Devido parte dos resíduos serem também autoclavados, o contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração.

Gráfico 2: Coleta de resíduos de saúde da rede pública

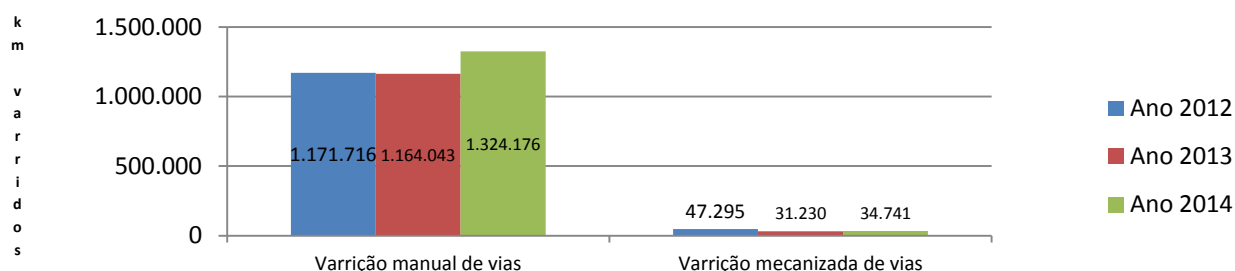
A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas e áreas de transbordo contendo entulhos diversos, apresentou resultado 24,21% inferior em relação ao mesmo período do ano 2013. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefas em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e a atuação de outros órgãos da esfera administrativa do GDF, com relação ao mesmo tipo de serviço, ou seja, as Administrações Regionais participaram com recursos próprios na execução da remoção de entulhos.

Os resíduos de remoção são recebidos no Aterro do Jóquei sem custos diretos na sua destinação, apenas no aporte maior de tratores e esteiras utilizados para o espalhamento destes resíduos em vias de acesso e na conformação de taludes.

Nos últimos dois meses do ano 2014, este serviço sofreu drástica redução de execução, para adequar à decisão do Governo de economizar recursos para pagamento de outras prioridades, cabendo a cada Administração Regional a responsabilidade de recolher resíduos dispostos em áreas irregulares.

Gráfico 3: Coleta de resíduos de remoção

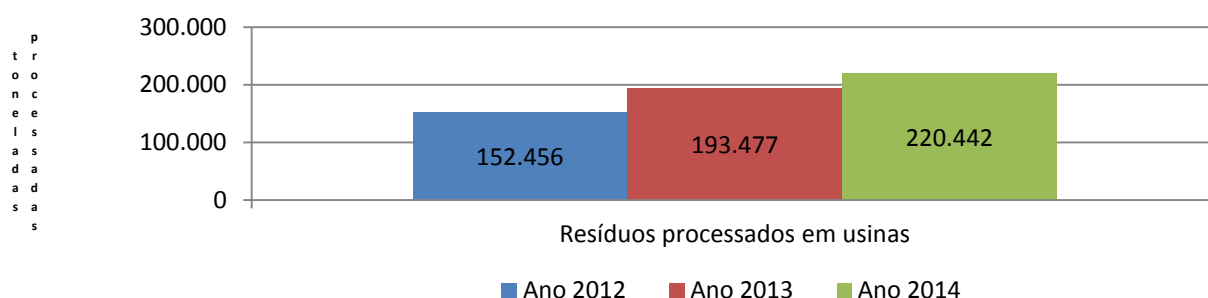
A varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos apresentou resultados superiores aos obtidos no mesmo período do ano 2013, de + 13,76% e + 11,24% respectivamente. Novos locais foram agregados aos trechos de varrição. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2014 cerca de 35,43% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas foi utilizado para pagamento da varrição manual. A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade, variando de 2 vezes por semana a 3 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a instalação das lixeiras como para a manutenção, haja visto serem estes equipamentos públicos danificados de forma proposital por algumas pessoas. O SLU não realiza a instalação de lixeiras públicas devido à iniciativa de outros órgãos do GDF, de forma pontual, em algumas localidades, e também pelo volume de recursos financeiros envolvidos.

Gráfico 4: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 13,94% em relação ao ano 2013.

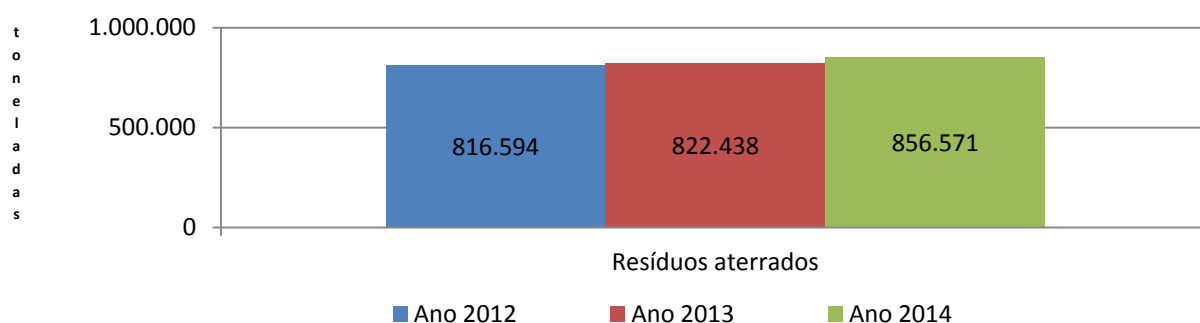
A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, como nas duas unidades de tratamento (UCTL e UTL) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia).

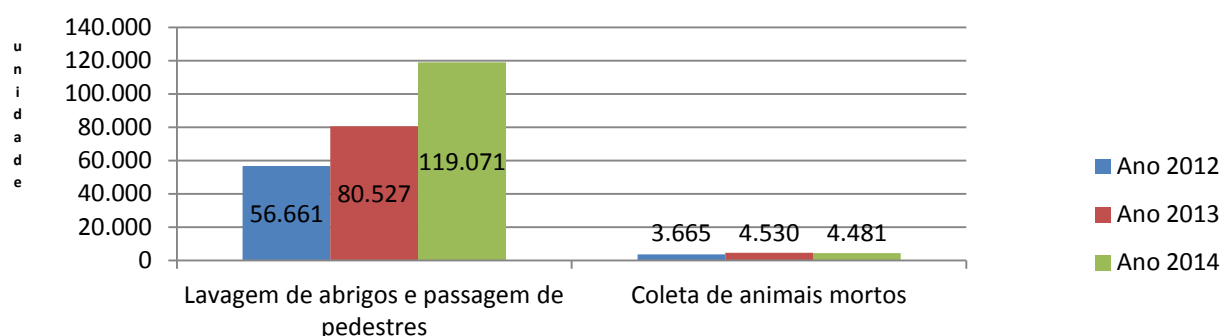
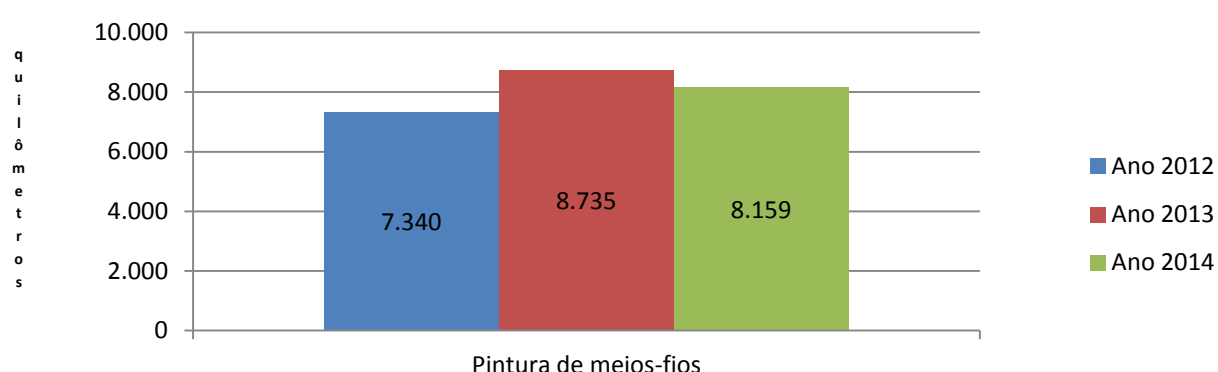
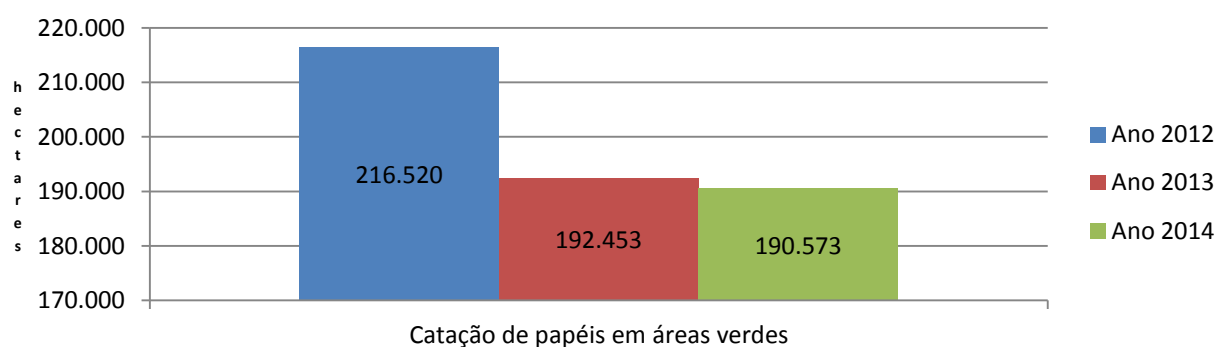
Gráfico 5: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU

Houve acréscimo (+ 4,15%) das quantidades aterradas de resíduos. Os quantitativos pagos envolvem outros tipos de resíduos como, lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros e animais mortos coletados em vias públicas.

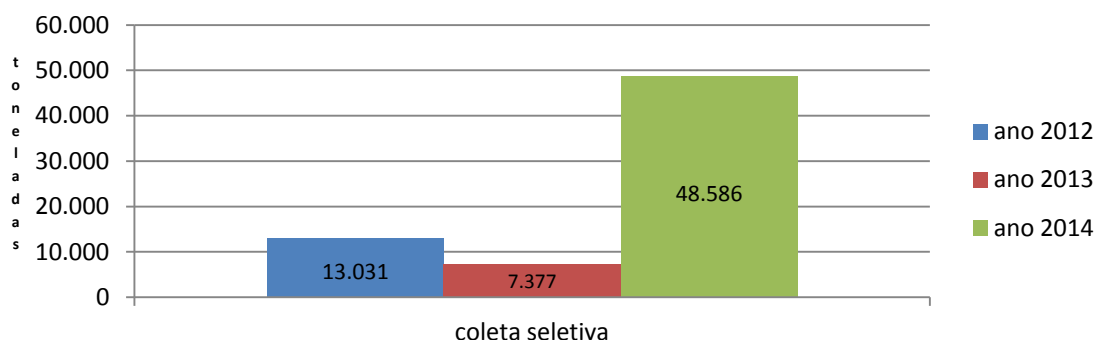
O encerramento das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo aterro sanitário, localizado na Região Administrativa de Samambaia estava previsto para meados do ano 2014, prazo que ficou estendido para o início do ano 2015, face à definição da Concorrência nº 01/2013 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, e assinatura do contrato nº 015/2014 cuja empresa vencedora do certame está desenvolvendo os trabalhos preparativos para início de operação do Aterro Oeste.

Gráfico 6: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei

A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentou, para alguns serviços, resultados superiores aos verificados no mesmo período do ano 2013, no caso, a lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres (+47,86%). A remoção de animais mortos em vias públicas (- 1,08%) e a pintura de meios-fios (-6,59%) foram serviços que tiveram desempenhos inferiores, e no caso da pintura devido ao tempo predominantemente chuvoso, no início do ano 2014. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para evitar a poluição visual causada pelos detritos espalhados em áreas verdes, como também na melhor condição de dirigibilidade de veículos, no caso da pintura de meios-fios e coleta de animais mortos em vias públicas. Apenas a catação de papéis em áreas verdes apresentou resultado similar ao ano 2013, com -0,98 % de decréscimo nos quantitativos.

Gráfico 7: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres**Gráfico 8: Pintura de meios fios****Gráfico 9: Catação de papéis em áreas verdes**

A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em todo o Distrito Federal. Com isso o resultado do indicador obtido ficou abaixo das previsões oferecidas para o ano 2014 (7,00 %), embora os serviços contratados por meio da Concorrência nº 03/2012 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresas especializadas para a realização da coleta de resíduos recicláveis nas áreas urbanas e rurais, divididas em 4 lotes no DF, tenha iniciado a partir de 17 de fevereiro de 2014. A adesão da população ao programa, a execução do serviço de coleta seletiva por algumas empresas concomitante a coleta normal por outras empresas, a campanha informativa sobre os horários e dias da coleta seletiva, foram aspectos que exigiram adaptações. Atualmente, o programa está em evolução, com quantitativos ascendentes de coleta, mês a mês. Em comparação ao mesmo período do ano 2013, ocorreu aumento de 558,61%, sendo todos os resíduos coletados encaminhados para cerca de 16 associações de catadores cadastradas no SLU.

Gráfico 10: Coleta Seletiva

O Decreto nº 33.445, de 23 de dezembro de 2011, que aprova o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal, e que foi publicado no DODF ao final do exercício 2011 estabelece as ações de curto, médio e longo prazo a serem implantadas no âmbito do DF e entorno.

O DF conta, atualmente, com 5 ações de tratamento e destinação: o aterro do Jóquei, a Usina de Tratamento da L4 Sul - UTL, a Usina de Tratamento do setor P-Sul na Ceilândia – UCTL, a contratação de empresa particular e terceirizada que faz a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final incineração dos resíduos infectantes de serviços de estabelecimentos públicos de saúde, e a coleta seletiva de materiais recicláveis e seu encaminhamento para as cooperativas de triagem de materiais recicláveis, que contribuem para a diminuição de resíduos a serem aterrados, além da produção de composto orgânico destinado à agricultura.

Com a aprovação do Plano de Intervenção, o GDF propõe a implantação de um novo Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF, de forma a potencializar a redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos; a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis; a compostagem e a valorização energética dos rejeitos oriundos dos processos de triagem; a disposição final em aterros sanitários como último recurso; a regulação técnica e econômica dos prestadores de serviços públicos de limpeza com manejo de resíduos sólidos urbanos.

O Plano de Intervenção citado envolve ações de reestruturação da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final nos seguintes campos de ação: Aterro Oeste; Centros de Triagem; Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção e Demolição – RCD – ATTR; Programa de Coleta Seletiva; Ecopontos; Postos de Entrega Voluntária; Unidades de Tratamento de Resíduos; Remediação do Aterro da Estrutural e Polo de Reciclagem.